

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1 – Objetivo e Âmbito

A utilização pela Associação Portuguesa Classe Access (APCA) da informação disponível no âmbito da sua atividade deverá ter sempre presente as disposições legais em vigor, nas quais assenta a Política de Proteção de Dados, adiante designada por PPD, a qual subscreve o dever de preservar a confidencialidade dos dados pessoais e informações recolhidas, manuseadas e armazenadas e cujo tratamento se apresenta como um direito fundamental.

2 – Recolha e Tratamento de dados pessoais

Consideram-se dados pessoais toda a informação, de qualquer natureza, independentemente do suporte em que se encontra armazenada, relativa a características pessoais ou circunstâncias materiais de uma pessoa singular ou identificável, incluindo nome, número de identificação, dados de localização, bem como de um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, económica, social ou cultural de uma pessoa singular.

Através do portal da APCA, a associação recolhe e processa as informações pessoais do velejador, após o seu consentimento livre, específico, expresso e inequívoco para lhe fornecer um serviço e/ou para efeitos de divulgação e de partilha de informações e de documentos relacionados com a Vela, cuja definição de valores e objetivos para o fomento e o desenvolvimento da modalidade, constituem atribuições da APCA.

Ao registar-se no portal, o mesmo deixa de ser anónimo para a APCA, e, como tal, deve declarar no preenchimento do formulário ter sido informado pelo processamento e utilização dos dados recolhidos e respetiva finalidade, dando expressamente o seu consentimento que a informação não pode ser usada para outras atividades que, não sejam as estritamente exercidas pela APCA, bem de que foi informado que pode a qualquer momento e por ato inequívoco, retirar tal consentimento.

A APCA recebe e armazena automaticamente informações que não são sensíveis nos seus registos técnicos sobre o computador do utilizador aquando da utilização do portal da APCA. A APCA poderá recolher informações incluindo, entre outras, sobre o software do navegador de Internet do utilizador, o endereço IP (protocolo internet) que identifica o computador do utilizador, as informações de cookies (testemunhos de conexão) da APCA, o sítio eletrónico de origem e a página solicitada pelo utilizador.

A APCA utiliza as informações recolhidas para realizar a gestão administrativa e técnica do portal da Associação, para fins estatísticos e atividades de investigação e desenvolvimento tendentes a atingir e a manter um elevado nível de serviço do portal, dando a conhecer a disponibilização de novos serviços, de alertas, bem como para efeitos de realização dos procedimentos de organização e gestão da participação do utilizador e do titular dos dados pessoais na vertente desportiva da APCA.

A APCA procede ao tratamento dos dados pessoais recolhidos, quer por meios total ou parcialmente automatizados, quer por meios não automatizados contidos em ficheiros ou a eles destinados.

3- Partilha, Divulgação e Retenção de dados pessoais

A APCA não vende, não cede nem disponibiliza a terceiros, os dados pessoais, sem a autorização prévia, inequívoca, livre e expressa do titular que não esteja de acordo com as finalidades para as quais as informações foram originalmente recolhidas, ou para outros fins autorizados por lei.

Contudo, o titular autoriza e concorda expressamente com a divulgação dos seus dados pessoais a terceiros sempre que:

1. O tratamento de dados seja necessário para que terceiros, que trabalhem em nome e ou para a APCA, prestem um serviço solicitado pelo titular, sendo que aqueles terceiros estão proibidos de utilizar os dados pessoais que lhes são fornecidos pela APCA para outro fim que não seja o de prestar o serviço solicitado pelo e/ao titular.
2. O tratamento de dados seja necessário para o cumprimento de uma obrigação contratual no âmbito do financiamento estatal ao desporto federado, ou no cumprimento de uma obrigação jurídica e/ou judicial à qual o responsável esteja sujeito, designadamente quando a APCA seja legalmente interpelada para cumprir uma ordem judicial ou prestar informações às autoridades de investigação criminal ou policial.
No entanto, apesar da autorização dos titulares dos dados, a APCA certifica-se que os terceiros adotaram medidas de segurança e proteção de dados adequadas e suficiente em matéria de segurança e confidencialidade e que agem de forma apropriada para garantir o cumprimento das mesmas.
3. A APCA não reterá dados pessoais durante mais tempo do que o necessário para o cumprimento dos fins previstos e o respeito dos requisitos legais, salvo com o acordo expresso, em contrário, titular dos dados.

4 – Direitos do Titular dos dados

Finda a relação do titular dos dados com a APCA, esta eliminará os dados logo que tal se mostre possível, exceto nos termos em que ocorrer alguma obrigação legal de guardar os respetivos registos.

O portador dos dados tem o direito de solicitar informações bem como de requerer a portabilidade sobre os seus dados pessoais que a APCA recolhe e processa a seu respeito. Todos os pedidos devem ser efetuados por correio postal registado, com a sua assinatura devidamente reconhecida por notário, advogado ou solicitador, respetivamente acompanhados de um comprovativo de identidade (cópia de documento oficial de identificação com foto) e os dados de contato do portador, designadamente, número de telefone/ telemóvel e endereço eletrónico, para:

Associação Portuguesa Classe Access
Rua dos Cactos, Lote 2 – 3º Dtº
8500-822 Portimão

O titular dos dados pode solicitar que se retifiquem ou apaguem os dados pessoais incorretos ou incompletos que lhe estejam associados.

O titular dos dados pode rever, corrigir, atualizar ou apagar, com exceção da data de nascimento e cartão de cidadão, as suas informações pessoais a todo o tempo bastando para o efeito enviar um e-mail para o seguinte endereço:

apcaccess@gmail.com

5 – Proteção de Dados e Medidas de Segurança

A APCA pretende que o titular dos dados pessoais se sinta seguro ao aceder e utilizar o portal, pelo que definiu e implementou medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais que visam uma adequada política de proteção de dados. Para o efeito, a APCA garante que definiu e implementou as políticas e as medidas técnicas e organizacionais adequadas e necessárias para manter a segurança dos dados pessoais, de acordo com a natureza dos dados processados e as circunstâncias e as finalidades do processamento, no intuito de evitar o acesso, alteração ou perda dos dados pessoais ou, inclusive, o roubo de identidade e a prática de phishing, com vista a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados existentes no sistema.

A APCA reconhece os direitos do titular dos dados pessoais de ser esquecido ou de solicitar o apagamento dos seus dados que disponibilizou à associação.

A APCA garante que no prazo de 72 horas notificará a Comissão Nacional de Proteção de Dados de todas as violações de dados com risco para o respetivo titular.

A APCA pode instalar e aceder aos cookies da APCA no computador ou em qualquer dispositivo do utilizador, sendo que um ficheiro cookie é um pequeno conjunto de dados que, frequentemente, inclui um identificador único anónimo que é enviado para o navegador de Internet do utilizador a partir de um computador de um sítio e que, depois, é armazenado no disco rígido do computador do utilizador e que este ao utilizar o portal da APCA autoriza a utilização desses cookies, designadamente, para aceder às informações do utilizador quando este, por sua vez, acede ao portal da APCA para que lhe possa ser fornecido um conteúdo personalizado, rastreadas as suas preferências enquanto utiliza os Serviços da APCA, recolhidas informações sobre os seus hábitos de navegação quando não acede ao portal da APCA e para efeitos de investigação e desenvolvimento tendentes à melhoria do conteúdo e dos serviços prestados pelo portal da associação.

A APCA assegura que os dados pessoais que possui são legítimos, encontram-se limitados ao que é necessário, e estão atualizados, seguros e confidenciais.

A APCA assegura que segue procedimentos, códigos de conduta e instruções internas capazes de serem disponibilizadas às entidades de supervisão e que possui os necessários sistemas para monitorizar a execução de tais procedimentos.

6 – Encarregado da Proteção de Dados

A APCA, responsável pelo tratamento dos dados pessoais, compromete-se a designar um encarregado da proteção de dados, responsável por informar, aconselhar e controlar os trabalhadores que tratam dos dados, a respeitarem as suas obrigações relativas à proteção dos dados pessoais, incluindo a repartição de responsabilidades, a sensibilização e formação do pessoal implicado nas

operações de tratamento de dados e a realização das necessárias auditorias, cooperando com a autoridade de controlo, tendo em devida consideração os riscos associados às operações de tratamento, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do referido tratamento.

Nesta data, o encarregado da proteção de dados da APCA é o Vice-Presidente da APCA.

Os Utilizadores e titulares dos dados podem contactar o encarregado da proteção de dados sobre todas questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais e com o exercício dos direitos que lhe são conferidos.

O encarregado da proteção de dados está vinculado à obrigação de sigilo ou de confidencialidade no exercício das suas funções.

7 – Alteração à Política de Privacidade

A Política de Privacidade pode ser alterada periodicamente. Sempre que seja objeto de alterações, a APCA publicará a versão atualizada da sua política de privacidade, sendo que o utilizador é responsável por consultar regularmente a Política de Proteção de Dados da APCA.

9 de Agosto de 2020